

COLABORAÇÃO DE ALUNOS

RAÇAS: PRECONCEITOS E DISCRIMINAÇÕES *

Josias Dias da Costa
Curso de Filosofia — PUCCAMP

“A gente tem um pouquinho de cada raça; se não na cor ou na fisionomia, com certeza, na cultura”.

Carlos Kenichiro Yoshino

1. Explicação sobre o tema

Poder-se-ia pensar nas eventuais facilidades de um estudo sobre os problemas raciais no Brasil. Ainda mais quando o assunto começa a sair daquele lugar de olvido em que foi colocado durante muitos anos, para ganhar certa candência, não obstante as condições desfavoráveis, os descasos dos setores ligados à política, ao pensamento e mesmo à arte.

Estudar, contudo, o preconceito racial no Brasil, a partir de um enfoque psicológico, levando em consideração o comportamento dos indivíduos na sociedade, seria deparar, na certa, com o dilema: a completa inexistência de material sobre o assunto.

Pode-se encontrar, não há dúvida, um bom número de manuais de Psicologia Social que trata do preconceito racial. Mas esses manuais, todos eles, de autores norte-americanos, estudam o problema a partir da realidade em que eles vivem.

Ora, os americanos têm, em relação às chamadas minorias étnicas, os seus sentimentos, as suas paixões e as suas atitudes, não muito idênticos aos sentimentos, às paixões e às atitudes dos brasileiros. Não seria, portanto, conveniente buscar uma resposta nas soluções que eles dão, supondo, tolaemente, que tal resposta vá servir à nossa realidade brasileira.

Verificar, como é tarefa do psicólogo social, por que as pessoas têm preconceito, de que maneira este se forma e se transforma, quais as suas conseqüências no comportamento e na personalidade dos indivíduos que o aceitam, isto sim, poder-se-ia fazer. Ou melhor: isso urge que seja feito. Mas não sem os levantamentos e as perspectivas elaboradas entre nós.

Dáí que se faz necessário levantar aqui a pergunta: Qual o motivo do desinteresse ou da ausência dos psicólogos brasileiros no estudo da questão? Pergunta semelhante poderia ser feita aos filósofos e à grande maioria dos intelectuais **tupiniquins**, ainda muito interessados, como diz o irônico Roberto Gomes, em sua **Crítica da Razão Tupiniquim**, no aspecto puramente ornamental do conhecimento. O fato é que as contribuições importantes sobre a situação das chamadas minorias étnicas aqui no Brasil, têm vindo quase que exclusivamente nas preocupações e nos estudos

(*) Trabalho apresentado como tarefa acadêmica ao Curso de Filosofia (PUCCAMP) e reelaborado posteriormente pelo autor.

de nossos sociólogos. Poderia citar, sem desprezo aos demais: Abdias do Nascimento, Cloves Moura, Florestan Fernandes e Edson Carneiro. Até mesmo a religião, através de alguns de seus atores religiosos, já precede a psicologia e a filosofia, no interesse pela questão. É o caso de Dom Pedro Casaldáliga, que, em parceria com Pedro Tierra e Mílton Nascimento, acaba de apresentar sua **Missã Quilombo**, trabalho que apresenta, sem dúvida, dentro dos parâmetros da religião, algo de revolucionário.

O assunto — “Racismo” —, na verdade, começou a despertar o meu interesse a partir da segunda metade dos anos 70, e mais acentuadamente com a leitura da obra “Reflexões sobre o Racismo”, do existencialista Jean-Paul Sartre. Essa obra me despertou a enxergar como diferentes ideologias tentam dissimular, a ponto de tornar quase que imperceptível, a dose forte de racismo existente em nossa sociedade. Depois disso veio a realidade mesma. A vida penosa do negro e do índio. E também nossa relação com o japonês, o judeu, o árabe, o cigano...

No decorrer deste trabalho, serão, às vezes, abordados temas da psicologia, como as atitudes, as crenças, os sentimentos e as tendências de reação dos indivíduos que formam tais atitudes; mas não pretendo, de modo algum, fixar-me nesses temas, pois o assunto aqui levantado ultrapassa em muito o âmbito dos sentimentos e das atitudes. A questão da discriminação racial é, antes de tudo, uma questão de injustiça contra o ser humano. Uma questão portanto possível de ser discutida a nível da teoria, quando nos falta, como já o dissemos, os dados científicos da nossa psicologia social.

2. O que é racismo

O historiador negro Joel Rufino dos Santos, ao buscar uma conceituação para o “racismo”, lembra o dicionário francês **Larousse**, que o define como um **sistema** (conjunto de idéias e práticas, pessoais e coletivas) que afirma a superioridade de um grupo racial sobre os outros. Joel, entretanto, afirma que a palavra “raça”, embora de muito uso, não tem nenhum significado. Entende ele que o que denominamos **raça** é apenas um elenco de características anatómicas como a cor da pele, o tipo de cabelo, a altura média dos indivíduos etc. Fora isso teríamos, **por dentro**, outro elenco de características, que os cientistas reconhecem pouco ter a ver com as características exteriores: são as características genéticas, também chamadas por eles de “raças invisíveis”. E mais: se forem observadas as características genéticas de um negro, poder-se-á ver que ele se encontra, às vezes, mais próximo a certos brancos que a certos negros. O exemplo valeria também no inverso, ou seja, para o caso de um branco.

Sobre os diversos grupos étnicos existentes o autor supracitado diz o seguinte: “Pretos e brancos são apenas conjuntos de indivíduos que têm essas cores — nada mais. Índios e judeus, não são raças, são **povos** (grupo de pessoas de raças distintas que vivem juntas num mesmo território). Quanto a japoneses e italianos, são nacionalidades, assim como o são brasileiros, angolanos, dinamarqueses etc.”¹

É com base nesses argumentos que Joel Rufino dos Santos nos fala da falsidade científica sobre a qual o racismo se assenta. Entende ele que os cientistas norte-americanos que apresentaram “provas” das diferenças genéticas entre as raças negra e branca são aqueles que continuam a trabalhar com o velho e duvidoso conceito de raça: indivíduos com o mesmo desenho externo. E esses cientistas, ademais, são apontados pelos jornais como pertencentes à direita política, sempre obstinada em explicar diferenças sociais por fatores biológicos.

Sobre as chamadas “raças puras”, que mesmo o mundo científico acreditava existir, ele afirma que essas raças puras, na verdade, nunca existiram, pois, um

grupo humano que permanecesse isolado, pretendendo manter-se puro, sem se misturar com outro, não sofreria mutações e, com o tempo, poderia desaparecer. E mais: um grupo desses, ao que se sabe, não conseguiria viver isolado dos demais.

Mesmo um garoto de treze anos — o nissei Carlos Kenichiro Yoshino — ** concorda com essa idéia, ao afirmar, numa pequena redação:

“A gente tem um pouquinho de cada raça; se não na cor ou na fisionomia, com certeza, na cultura”.

Vale a pena notar aqui, também, a opinião desse menino sobre o preconceito racial. Ele diz o seguinte:

“O preconceito racial é uma coisa psicológica, criada pela necessidade bestial do homem de desvalorizar outro ser, para se satisfazer, ou melhor dizendo, recompensar as suas frustrações. Desvalorizamos uma raça para não admitir a nossa autodesvalorização, mas como em cada um de nós existe um pouco de cada raça, somos levados a lutar contra e a mentir a nós mesmos”.

Vamos levar a tese do menino Carlos para o campo político e verificar se ela está correta ou próxima da verdade. Se olharmos para a situação violenta do racismo praticado pelo nazi-fascismo alemão, o que mais podemos supor como pretexto, na exterminação impetrada contra os judeus, senão a busca de amenização das frustrações do regime alemão diante da corrida colonialista perdida para os outros grandes centros hegemônicos da Europa e América do Norte? Novamente retomando Joel Rufino dos Santos veremos que os centros hegemônicos de então haviam reparado a África entre si e a Alemanha havia chegado tarde para levar uma melhor fatia. Então, frustrada, cheia de crises internas, tinha ela que encontrar um motivo para o seu fracasso. Assim o nazi-fascismo viu nos judeus o único outro disponível, o bode expiatório ideal, e caiu cheio de ódio em cima deles. E convém ressaltar que os judeus, além de serem esse outro disponível que se podia agredir, eram detentores de uma boa parte da economia do país: parte necessária aos empresários “autenticamente alemães”.

Não quero aqui fazer entender, contudo, que o racismo tenha nascido, na Alemanha, por um decreto de Hitler. Lá, ele foi apenas uma forma brusca, concentrada, daquilo que existia antes, de forma menos intensa. O racismo nasceu com o capital. É fruto do mito da superioridade criada pela ideologia do colonialismo, interessada em justificar a miséria e o atraso dos países subdesenvolvidos. Para citar aqui um psicólogo norte-americano, Solomon Asch, o racismo é uma forma de revelação das contradições sociais; são as atitudes que em determinadas condições sociais, se transformam em manifestações de orientação imperfeita. Daí que “o sentimento da supremacia branca tem como consequência a incapacidade de perceber injustiças que, em outras circunstâncias, parecem clamorosas”².

Os racistas, para afirmarem a “eternidade” do racismo, querem que ele existiu sempre e continuará existindo sempre, por isso o colocam como fruto da “natureza humana”. Já Aristóteles, na antiguidade, elaborava uma teoria justificando a situação dos trabalhadores — situação de escravidão! —, geralmente formados por prisioneiros de guerra. Aristóteles não via no escravo — mas ao contrário tirava dele — o status de ser humano. O escravo não era para ele um ser inteligente, mas um animal inferior ao homem livre da pólis, ou seja, aos que têm o saber, as leis e a arte de governar. Os historiadores hodiernos, entretanto, não conseguiram ainda — como também não conseguiram os mais antigos — encontrar formas de racismo nas socie-

(**) Em pesquisa feita com 90 alunos de sextas e sétimas séries, na Escola Polivalente, de Mineiros, no sudoeste de Goiás.

dades primitivas. Podemos encontrar, na verdade, tanto nas sociedades primitivas como nas sociedades indígenas atuais, certas formas de etnocentrismo. Em seus mitos, quase sempre, as pessoas que fazem parte da tribo, sempre são as mais perfeitas, sempre foram as preferidas do Grande Espírito. Mas a finalidade desse etnocentrismo das comunidades indígenas é apenas manter a união da tribo, sua autovalorização; nunca ele foi usado em detrimento dos outros grupos. O etnocentrismo que lança os olhos sobre os outros e os vê como seres demoníacos, ou como objetos de negação do próprio ser do grupo que o pratica, ou dos valores que ele acreditava serem os verdadeiros, esse é praticado pelo homem civilizado de nosso mundo moderno.

Três psicólogos norte-americanos — D. Krech, R. Grutchfield e E. Ballachey —, em obra conjunta — “O Indivíduo na Sociedade” —, nos revelam algo interessante da sociedade em que eles vivem: a obsessão do americano em conseguir prestígio (*status superior*). Daí que: “Alguns tentarão satisfazer a essa necessidade encontrando outros, diante dos quais possam sentir-se superiores. O indivíduo que está no degrau mais baixo da escala social pode sentir-se superior pela criação de um degrau ainda mais baixo — e neste colocando o mexicano, o negro e o judeu. Dessa forma, as atitudes de preconceito podem servir à necessidade de um sentimento de superioridade na hierarquia social”³.

O preconceito racial nos EE.UU. tem, com efeito, um caráter funcional bastante definido. Os autores supracitados nos dão, inclusive, exemplos concretos de preconceito que justifica a auto-estima da pessoa. É o caso de um homem que perde o emprego e, como não aceita a si mesmo como “imprestável”, procura uma justificativa aceitando a crença de que os seus colegas judeus, com ações desonestas, provocaram sua saída. Essa crença satisfaz sua necessidade e seu orgulho é salvo. A partir daí, contudo, cresce o número dos anti-semitas: este homem é um deles.

Uma das funções do preconceito racial nos Estados Unidos que nos parece de grande importância é o que os psicólogos chamam de **racionalização de necessidades culturalmente inaceitáveis** ou **comportamento a serviço de aspirações culturalmente aceitáveis**. Krech e seus colegas, por exemplo, dizem que a discriminação racial, étnica e religiosa ajuda muitos deles (os americanos) a satisfazer muitos desejos e a atingir muitos objetivos que a cultura americana lhes ensinou a serem bons. Assim, muitos americanos, para satisfazerem suas necessidades de projeção política e de riqueza (necessidades que a sociedade reconhece como boas e respeitáveis), praticam o preconceito racial (ação socialmente desaprovada). Daí o exemplo do político do Sul dos Estados Unidos que pode impedir o voto dos negros (por medo de ser por eles derrotado), alegando que o nível mental dessas pessoas as torna incapazes de votar.

Vale dizer, aqui, que em situações como estas, uma análise que apenas toma como tema central o comportamento do indivíduo, torna-se incompleta, justamente porque deixa de considerar outros elementos fundamentais que se colocam em questão. É o caso dos referidos valores aceitos como necessários pela sociedade — valores esses muitas vezes impostos pelos modos de produção capitalista — e que nada mais são do que diferentes formas de encobrir um tipo de relação cujo caráter intrínseco é a exploração de uns pelos outros. Pena que a psicologia tenha-se aquietado naquilo que estabeleceu como sua área, não podendo ultrapassar os limites que ela própria criou.

Certamente, esta nossa reflexão, já se constitui como o suficiente para se ter uma idéia do que é o racismo. E sobretudo de que ele se encontra desprovido de qualquer fundamento científico. O racismo, contudo, nem por isso deixa de ter raízes profundas na consciência das pessoas do mundo atual. E como o negro, durante muitos anos tem sido sua principal vítima, merece aqui nossa atenção especial. A

seguir procurarei refletir, baseado na obra de Sartre, a respeito de uma problemática que muito nos tem a dizer: a NEGRITUDE.

3. A negritude: um racismo anti-racista

Após a Segunda Guerra Mundial, mais precisamente nestas duas últimas décadas marcadas pela nossa geração, temos presenciado, através dos noticiários internacionais, de documentários, da literatura e da arte, aquilo que poderíamos chamar de prenúncio da queda da supremacia branca dos antigos dominadores colonialistas sobre as nações que, casualmente, são formadas por gente de cor. A Europa e os EE.UU. assistem perplexos ao início de auto-afirmação dos povos de cor, que, de repente, começam a descobrir na força da união a maneira de romper as amarras que os prenderam durante séculos e dizer, determinadamente, um basta a essa vida penosa e mortificadora a que foram submetidos; vida de escravidão, fome, bestialidade, analfabetismo. E o que é mais importante é que este basta ao sofrimento, à exploração, quer ser um sim à liberdade, à luta pelo projeto de uma mentalidade nova, de um homem novo; homem novo que, nas palavras do líder negro Samora Machel, construirá a sociedade nova.

Com efeito, podemos ver na história dos povos colonizados — africanos, asiáticos e latino-americanos — algo muito semelhante aos resultados colhidos em laboratório da experiência feita pela psicologia behaviorista com os ratinhos. Esses pequenos animais, acudados que são, não encontram outra saída senão a agressividade. Ora, os povos não-brancos, em especial os negros, também acudados, sentiram necessidade de reagir. Sua reação, contudo, não poderia de modo algum ser qualificada como uma reação de desespero, mediante uma atitude “reflexa”, como a do ratinho, dado que esta é uma reação adquirida através de uma atitude refletida, conscientizadora, vinda de uma experiência de séculos e até milênios de sofrimentos.

É diante da perplexidade dos brancos europeus, já bastante acentuada nos anos 50, que o existencialista Sartre dirige-lhes o pequeno livro **Orfeu Negro**, em que encontramos, logo nas primeiras páginas, as seguintes palavras:

O que esperáveis que acontecesse, quando tirastes a mordança que tapava estas bocas negras? Que vos entoariam louvores? Estas cabeças que nossos pais haviam dobrado pela força até o chão, pensáveis, quando se reerguessem, que leríeis adoração em seus olhos? Ei-los em pé, homens que nos olham, e faço votos para que sintais como eu a comoção de ser visto⁴.

Com efeito, a Europa de Sartre passou da cômoda situação de quem tem o olhar sobre os outros povos (olhar que os torna objeto de sua ação colonialista), para a vergonhosa situação de ser vista e julgada por eles; e ser vista não mais com olhares domésticos e servis de outrora, mas com olhares selvagens e livres daqueles que acreditaram na sua autodeterminação. Situação mais horrível, todavia, foi reservada aos europeus: sua dignidade esboroa-se diante dos olhares americanos e soviéticos. A Europa, outrora o centro do mundo, se vê hoje reduzida a mera extensão da Ásia.

Mas enquanto a Europa chora os seus espaços perdidos na relação de dominação colonialista, a África começa a cantar, em prosa e verso, a sua libertação. Sartre mesmo reconhece a poesia negra como a única poesia revolucionária de nossos dias e, acredita ele, que a experiência poética do negro é, na situação presente, o canal por onde ele vai necessariamente tomar consciência de si mesmo.

Sartre adverte, entretanto, sobre os empecilhos à criação espontânea dos mitos poéticos. Empecilhos como: o racionalismo, o materialismo e o positivis-

mo, onde só a eficácia é que conta. E mantém, categoricamente, que a classe oprimida deve primeiro tomar consciência de si mesma, consciência que se traduz em reconhecer, na ação e pela ação, a conjuntura objetiva do proletariado ou da repartição de bens.

Ora, em nosso mundo ocidental, caso específico do Brasil, temos uma organização social toda ela embasada em princípios positivistas, onde a ação dos indivíduos só pode ser concebida de forma dependente e submissa à ordem daqueles que detêm o poder e o conhecimento científico. Daí que toda e qualquer proposta de libertação e, sobretudo, a ação mesma dos oprimidos surge como um desafio frente aos poderes constituídos.

Mas, no caso de nossa proposta de consciência negra, há outras questões elementares a serem resolvidas. Muito se pergunta: Qual é a relação entre os grupos étnicos oprimidos e a classe trabalhadora de modo geral? Com efeito, aqui no Brasil, muitos são os que não acreditam em racismo entre nós. O sociólogo Gilberto Freire, que nos deixou o importante clássico *Casa Grande e Senzala*, em que fala da exploração do negro nos antigos engenhos, é desses que acreditam numa harmonia racial. Ele vem escrevendo em seus recentes artigos que o negro do Brasil é vítima apenas da discriminação social também comum ao proletariado branco. Ora, não há dúvida de que o preto, do mesmo modo que o trabalhador branco, é vítima da estrutura capitalista da sociedade ocidental. Só que reconhecer como verdadeiro esse mito da democracia racial, seria o mesmo que afirmar a igualdade de condições entre os dois sexos, ignorando completamente a luta específica da mulher, travada em diferentes partes do mundo ocidental.

Mesmo Sartre não aceita, de modo algum, esse mito da democracia racial.

Embora a opressão seja uma, ela se circunstancia segundo a história e as condições geográficas: o preto sofre o seu jugo, como preto, a título de nativo colonizado ou de africano deportado. E, posto que o oprimem em sua raça, e por causa dela, é de sua raça, antes de tudo, que lhe cumpre tomar consciência⁵.

Entende Sartre que o negro deve obrigar aqueles que durante séculos o reduziram à condição de animal a reconhecê-lo como homem. No caso do judeu, ele pode negar que seja judeu, e, branco entre os brancos, declarar-se homem entre os homens. Ao contrário do judeu, porém:

O negro não pode negar que seja negro ou reclamar para si esta abstrata humanidade incolor: ele é preto. Está pois encurralado na autenticidade: insultado, avassalado, reergue-se, apanha a palavra **preto** que lhe atiram qual uma pedra⁶.

Entramos aqui, inclusive, no problema da linguagem. Ora, o que se verifica é que o negro fala uma linguagem na qual ele próprio já se tornou sinônimo de coisas desagradáveis. Quer seja essa linguagem o inglês, o francês ou o português. Abordando esse problema, Sartre classifica o francês como linguagem imprópria para o negro falar de si, de suas preocupações, de suas esperanças. Isso porque o francês, como língua de brancos, possui centenas de hábitos de linguagem que consagram a prioridade do branco sobre o negro. Hábitos que não existiam na língua original dos negros, já sepultada num passado distante. Note-se que o negro, quando ensinado por um professor branco, aprenderá, desde muito cedo, a dizer "branco como a neve" para significar a pureza e a inocência, e a falar da negrura de um olhar ou de um crime... O negro usa, pois, uma linguagem que o acusa, desde que abre a boca.

Qual seria então a solução para que ele superasse essa linguagem, se a sua linguagem original já ficou esquecida no tempo?

A proposta mais viável é a derrubada dessa hierarquia. Nos Estados Unidos ela começa a cair a partir da bandeira levantada pelos movimentos de liberação dos negros: **Black is Beautiful**. E com referência aos negros de língua francesa, de que Sartre se ocupa em sua reflexão, o mesmo autor existencialista entende que se eles conseguirem derrubá-la em francês já poetizam. Teríamos então locuções como "a negrura da inocência" ou "as trevas da virtude".

A própria palavra **negritude** é o exemplo de uma contribuição que o negro trouxe aos nossos dicionários. Por negritude Sartre entende um morrer para a cultura branca e um renascer para a alma negra. Diz ele que a negritude não é um estado, nem um conjunto definido de vícios e virtudes, de qualidades intelectuais e morais, mas sim uma certa atitude afetiva com respeito ao mundo. É o ser-no-mundo do negro. É, por fim, uma Paixão, pois "o negro, consciente de si representa-se a seus próprios olhos como o homem que assumiu toda a dor humana e sofre por todos, mesmo pelo branco"⁷. E é enquanto paixão de dor revoltada que o negro se reivindicava como homem.

Lembrando o poeta Césaire, que chama sua raça negra de "raça caída", Sartre mostra como é possível fazer uma aproximação entre a consciência negra e a consciência cristã. Assim as leis da escravidão faz lembrar as consequências do pecado relatadas no Antigo Testamento. E a abolição da escravatura faz lembrar a Redenção. Com isso o paternalismo adocicado do homem branco tem semelhanças com o Deus branco posterior à Paixão. Só que há um detalhe: o negro não descobre a falta própria, mas a falta do branco. E também vê a religião dos brancos como uma mistificação, pois:

A religião quer impingir-lhe a responsabilidade de um crime de que ele é vítima; quer persuadi-lo de que os raptos, os mortifícios, as violentações e as torturas que enangüentaram a África constituem castigo legítimo, provações merecidas⁸.

A partir do momento em que o negro toma consciência de si, sua contribuição à humanidade não é mais um sabor, um gosto, um ritmo etc.: é uma historicidade marcada por uma paciente construção de um futuro.

Com efeito, os povos negros de hoje se constituem numa certa esperança para a humanidade. O africano empreende uma luta como nunca se viu na perseguição de sua liberdade. Isso levou inclusive o já quase centenário Alceu Amoroso Lima a acreditar que a África será o continente do século XXI.

Sartre também deixa entrever uma esperança para todos os povos oprimidos nas palavras que se seguem:

É em nome das qualidades étnicas que o negro, há pouco, reivindicava seu lugar ao sol; presentemente, é em sua missão que ele baseia seu direito à vida; e esta missão, como a do proletariado, lhe vem de sua situação histórica: por ter sofrido, mais do que qualquer outro, a exploração capitalista, adquiriu, mais do que todos os outros, o sentido da revolta e o amor à liberdade. E, por ser o mais oprimido, persegue necessariamente a libertação de todos, quando trabalha por sua própria libertação⁹.

Convém ressaltar contudo que essa unidade final dos oprimidos, numa sociedade de brancos e não-brancos, deve ser precedida necessariamente por um momento de **separação** ou **negatividade**; é este racismo anti-racista o caminho capaz de levar à abolição das diferenças de raça.

A negritude não pode ser entendida sem o seu caráter dialético. Sartre que a entende como um reflexo de ser e de dever-ser diz que o mais grave é que o negro, ao ser constituído e constituir a negritude, como juramento e paixão ao mes-

mo tempo, acaba criando para si um racismo anti-racista. Mas o negro não quer dominar o mundo; ao aspirar a abolição dos privilégios étnicos, ele afirma sua solidariedade com os oprimidos de todas as cores.

Na verdade, a negritude aparece como tempo fraco de uma progressão dialética. Nessa progressão a afirmação teórica e prática da supremacia do branco aparece como constituinte da tese e a posição da negritude como constituinte da antítese ou da negatividade. Esse momento negativo, entretanto, não tem auto-suficiência, pois ele visa preparar a síntese, que é a realização do humano numa sociedade sem raças.

A negritude não é, de modo algum, como se poderia pensar, um fim último, mas um meio. Não é um estado, mas um ultrapassamento de si mesma.

Situação semelhante é a do trabalhador branco: ele toma consciência de sua classe a fim de negá-la, pois o seu desejo é presenciar o advento de uma sociedade sem classes.

Mas, se o problema de uma classe são as condições de sua alienação, diferentemente, o negro encontra sua raça no fundo do coração. E é este coração, segundo Sartre, que ele deve arrancar.

A dialética da negritude se configura como ultrapassamento de uma situação definida por consciências livres. E a negritude — conforme a linguagem de Sartre —, nascida do Mal e grávida de um Bem futuro, é tal qual uma mulher que nasceu para morrer e sente a própria morte nos momentos mais ricos de sua vida.

4. O racismo no Brasil

Vimos, inicialmente, como o racismo nasceu e cresceu com o colonialismo, a ponto de se tornar, no capitalismo industrial, uma prática violenta, em alguns países.

No Brasil, sempre que se fala em racismo, quase sempre a conversa gira em torno de países como Zimbábue, África do Sul e Estados Unidos. Em nossas conversas racismo se confunde com segregação racial. Por esse motivo costuma-se dizer, e há quem acredite, que não há racismo entre nós. Fala-se muito na democracia racial, na cordialidade, no espírito pacífico do povo brasileiro.

Ora, a segregação racial é apenas uma forma mais ostensiva de racismo. Existem outras formas, algumas delas dissimuladas, como é o caso brasileiro.

A nós seria suficiente o elenco de alguns dados históricos, ou mesmo um contato de forma mais crítica com a realidade atual, para percebermos como a democracia racial brasileira não passa de um mito agradável às classes dirigentes.

Esse mito, sem dúvida, surgiu no Brasil numa tentativa da classe branca dirigente de esconder os conflitos internos presentes em nossa sociedade. Olhando para a história podemos ver que, na verdade, os colonizadores europeus que aqui chegaram nunca tiveram boa convivência com os outros grupos étnicos. A relação que tiveram com esses grupos sempre foi, no correr da história, uma relação de dominação.

Calcula-se que no início da colonização os indígenas eram cinco milhões de indivíduos. Em 50 anos os bandeirantes liquidaram um milhão deles. No começo do século XX eram um milhão e, atualmente, estão reduzidos a uma população de 220 mil indivíduos. A sociedade branca sempre faz uma idéia negativa do índio. Em nossos dias a palavra "índio" já passou a ser usada como sinônimo de "selvagem" e "bárbaro". Tornou-se uma palavra que serve para insultar alguém.

Na já citada pesquisa feita com estudantes de 1º Grau uma menina revelava essa idéia negativa que se tem do índio, ao escrever:

“Meu preconceito é contra os índios: não gosto deles porque são muito violentos e maus. Atacam os brancos como se fossem os donos de tudo, e os matam a sangue frio, como se estivessem matando um peixe. São falsos, atrevidos e vingativos. Ninguém pode visitar uma aldeia e eles já querem matar. Não consigo acreditar numa amizade indígena”.

Os brancos que no Brasil não vêem o índio dessa maneira, quando muito têm dele uma idéia romântica. Fazem dele uma imagem folclórica. Valorizam muito as danças, sua vida com a natureza e o artesanato que ele faz. Os irmãos Vilas-Boas se constituem os principais encarregados de fazer a divulgação desse tipo de índio, inclusive para o exterior. Ligados à FUNAI e autodenominados defensores da causa indígena, ultimamente eles vêm-se mostrando perplexos e com ares de censura diante da nova imagem que o índio começa a requisitar para si: a do índio político, ou seja, a do índio preocupado em defender suas terras, organizado em federações e falando por si mesmos.

Quanto aos negros, mais do que os próprios índios, eles sentiram na carne o peso do sofrimento. Arrancados de suas terras, de sua gente, de sua cultura, eles ainda tiveram que viver por muitos anos sob o jugo da escravidão. Foram chicoteados, castrados, marcados com ferro quente, postos nos pilões dos monjolos e sofreram; além destes e do trabalho forçado, muitos outros tipos de barbaria. Com a abolição foram jogados no triste mundo do subemprego ou quando muito condenados ao exercício de papéis subalternos.

A espontaneidade poética dos negros, vista por Sartre como o melhor meio de tomarem eles consciência de si mesmos, é bem marcante aqui no Brasil. Só que ela não se conseguiu traduzir numa experiência revolucionária. Isto porque o negro brasileiro, mais do que o de qualquer outro país, foi, de certa forma, envolvido pela ideologia daqueles que o oprimem. Ele se viu obrigado, por pressão social, a adotar as injustiças que sofre. Teve que negar a sua própria negritude. O branqueamento da pele tornou-se-lhe condição para ser visto como gente e aceito na sociedade dos brancos. É como diz Solomon Asch: “Os homens não suportam ser apenas os vencidos e as vítimas; não podem enfrentar, indefinidamente, as consequências da resignação e da derrota. Se não vêem outra maneira para conservar a liberdade, que torna suportável sua condição, desejarão ver acontecer o que não podem evitar”¹⁰.

A sociedade brasileira é racista e violenta, se bem que essa violência, muitas vezes, surge de forma simbólica. E o racismo brasileiro tem diversas modalidades. Veremos, a seguir, algumas dessas modalidades, apontadas pelo historiador Joel Rufino dos Santos:

1. O povo é visto e tratado como bichos. Essa é colocada como uma das modalidades porque se tornou rotina os negros (os pobres) serem prendidos pela polícia por qualquer motivo, mesmo o mais injustificável.

2. Há uma idéia de que os brancos são melhores que os não-brancos. Dentro desta modalidade situam-se os inúmeros casos de pedidos de ação policial contra terreiros de “magia negra” e os anúncios de emprego pedindo “pessoas claras” ou com aviso “exige-se boa aparência.

3. Idéia negativa que se faz das pessoas de cor: “O japonês é capaz de dirigir bem”, “de satisfazer uma mulher”, “de raciocinar direito”; “O judeu cospe nos outros”, “é ladrão”, “é muito inteligente mas só para melhor roubar os outros”; “Os índios são selvagens e bárbaros”.

4. Idéia de que não somos racistas. Assim as minorias raciais não têm direito a reivindicar nada. Sobre os políticos negros dizem que não são necessários porque os brancos os representam. Sobre os índios universitários dizem que não é possível porque eles estão na Idade da Pedra.

5. Os não-brancos são olhados como não-brasileiros. O negro, por exemplo, é visto como **outro**, um corpo estranho que merece atenção e estudo.

Sem dúvida, a obsessão pelo **embranquecimento** que se verifica no Brasil tem sua raiz nessa idéia de que os brancos são melhores do que os não-brancos. E com efeito os negros têm sido os mais atingidos, por causa da cor de sua pele que em nossa linguagem tem-se tornado símbolo da feiúra e do crime. Numa pesquisa feita com 90 garotos pude notar como a discriminação racial é bastante acentuada entre nós. Vários garotos disseram ter preconceitos, sobretudo contra os negros. A maioria afirmou não ter nenhum preconceito, mas quase sempre citava um caso na família. E, além disso, em muitos casos, esses que afirmaram não ter preconceitos se deixaram trair pela linguagem, como no de uma menina que escreveu:

Minha tia namorava um rapaz honesto e trabalhador; o único defeito dele é que era preto...

O caso dessa menina revela um fenômeno de difícil compreensão: o sentimento de amizade e respeito que os brancos têm pelos negros aliado à idéia de que os negros são inferiores. A cor negra é vista quase como uma deficiência pelos brancos. "O unico defeito dele é que era preto" (o grifo é nosso) tem o mesmo sentido que outras expressões bastantes usadas, só que de forma, aparentemente, mais amena como: "Ele é preto mas é legal", "Ele é preto mas tem alma branca".

Tal maneira de conceber o negro, bem como a visão que se tem do índio e mesmo da mulher na sociedade capitalista, acaba criando situações desfavoráveis a esses grupos étnicos e sociais, espezinhadados de longa data.

Diria, entretanto, como conclusão, que as situações vividas por esses grupos não são permanentes. Assim como as mulheres, que inicialmente, ao levantarem sua bandeira, fecharam as mãos e botaram na cintura, bateram os pés no chão e gritaram quase que por uma reversão de poder, como que a dizer: "Nós agora seremos os machos", para depois se conscientizarem da necessidade de preservação de sua feminidade e de uma luta por sua valorização enquanto mulher, com características próprias, o que implicaria uma profunda transformação da sociedade, também os negros se vêem diante deste único caminho: tomar consciência de si mesmos, assumir a sua negritude e, como tal, exigir seus direitos de participação e, o que é mais grave, o direito de serem reconhecidos como gente dentro da sociedade.

Essa tomada de consciência poderá vir a ser realidade através do ressurgimento dos movimentos negros, caso do **Movimento Negro Unificado**. É no seio desses movimentos que se pode imaginar a criação de uma poesia revolucionária, indispensável na formação de uma mentalidade nova — a **consciência negra** —, que se constitui como antevisão de uma sociedade tanto igualitária do ponto de vista econômico como também sem discriminações raciais.

BIBLIOGRAFIA

- ASCH, Solomon E., **Psicologia social**, SP, Comp. Ed. Nacional, 1966.
- KRECH, D., CRUTCHFIELD, R. e BALLACHEY, E., **O indivíduo na sociedade**, SP, Pioneira Editora, 1969.
- SANTOS, Joel Rufino dos, **O que é racismo**, Col. Primeiros Passos, SP, Brasiliense, 1980.
- SARTRE, Jean-Paul, **Reflexões sobre o racismo**, SP, D.E.L., 1960.

NOTAS:

- (1) Joel Rufino dos SANTOS, **O que é racismo**, p. 11.
- (2) Solomon ASCH, **Psicologia social**, p. 507.
- (3) D. KRECH, R. CRUTCHFIELD e E. BALLACHEY, **O indivíduo na sociedade**, p. 215.
- (4) Jean-Paul SARTRE, **Reflexões sobre o racismo**, p. 105.
- (5) *Ibid.*, p. 110.
- (6) *Ibid.*, p. 111.
- (7) *Ibid.*, p. 137.
- (8) *Ibid.*, p. 141.
- (9) *Ibid.*, p. 143.
- (10) Solomon ASCH, **Psicologia social**, p. 510.